

## ***Prosopografia – uma aproximação do método de pesquisa histórico aplicado aos “pais do Plano Real”***

Edyvar Guimarães (Mestrando em Sociologia Política - PPGSP - UVV / ES)

A importância de conhecer a formação de integrantes da política econômica desenvolvida no nosso país em tempos recentes, nos introduziu ao conhecimento da prosopografia. É bastante esclarecedor conhecer as relações que conduzem os indivíduos às suas posições na estrutura político-econômica do país e suas realizações.

O texto que nos despertou o interesse pelo tema é a tese da profa. Monica PICCOLO, “Reformas Neoliberais no Brasil: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso”, tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

A partir desse conhecimento escrevemos esse breve artigo, apresentando o Método e, em seguida, uma contextualização com a apresentação dos aspectos da tese que nos ajudam a compreender um pouco do que buscamos com este texto.

Situada a questão, apresentaremos um exemplo com conclusões muito objetivas a partir da aplicação do método.

É importante salientar que não se reconhece no método uma forma de censura aos que a ele submetidos revelam ligações muito próximas com o poder. Há que se considerar que as relações precisam ser próximas para que se receba a indicação para ocupar tal posto/cargo/função. Além disso, o que o método mostra, e demonstra com absoluta clareza, é a ligação próxima entre diversos personagens que atuaram na construção do modelo nacional – político ou econômico – demonstrando a posse do poder, o exercício dele, por uma classe, uma categoria, um grupo bem definido e que se identifica com as elites controladoras do país.

Apresentaremos quatro personalidades que integraram a equipe do Plano Real, plano de estabilização econômica idealizado por uma equipe de economistas de que faziam parte Persio Arida, André Lara Resende, Gustavo Franco, Pedro Malan, Edmar Bacha, Clóvis Carvalho, Winston Fritsch, entre outros.

### **O MÉTODO PROSOPOGRÁFICO**

A tese da profa Monica PICCOLO não cita explicitamente o método prosopográfico, mas sua abordagem gramsciana, buscando identificar os blocos hegemônicos e a qual grupo ou fração pertenciam, nos chamou a atenção para a necessidade de revisar a biografia coletiva de personagens envolvidos em momentos de nossa história recente de forma a compreender melhor as relações destes com os fatos apresentados. O método consiste em avaliar um conjunto de atores, por suas biografias, levando em consideração suas formações, suas relações de parentesco, sociais, etc...

A prosopografia, ou método das biografias coletivas, pode ser considerada um método que utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico (CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. *In* HEINZ, Flávio. (org.) Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006).

O método enfatiza que não só a biografia é suficiente – considerada individualmente – mas é particularmente necessário preencher as lacunas com as relações sociais e as particularidades das suas existências quando tomadas em conjunto.

A prosopografia pretende identificar características comuns de um grupo de atores estudando-as coletivamente. São consideradas características tais como: casamentos, famílias, origens, heranças, religião, aspectos profissionais, etc. (STONE, 1971 apud ALMEIDA, 2011).

É a análise do indivíduo como integrante de um todo.

As biografias são uma perspectiva do próprio autor, que muitas vezes esquece mesmo a cronologia dos fatos que conta, são uma história da vida, em linguagem simples, descrevendo um caminho como o intérprete o vê. Bourdieu nos recomenda ser cuidadoso na leitura das biografias que ressaltam alguns aspectos relevantes dessa “vida organizada como história” (BOURDIEU, 1996).

Apesar de não citar explicitamente o método, nos ensina a levar em consideração a “superfície social” onde se desenrola a ação do indivíduo, os acontecimentos biográficos:

[...] não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo (BOURDIEU, 1996).

Nosso interesse foi despertado ao longo da leitura da tese de PICCOLO ao vê-la desenvolver as biografias de vários dos ministros e presidentes de empresas estatais e bancos públicos em vários ministérios no período histórico descrito em seu trabalho. O relato de alguns desses casos, uma breve resenha da tese, contextualizam nossa abordagem.

### ***O TRABALHO QUE NOS LEVOU AO MÉTODO.***

### **REFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL: A PRIVATIZAÇÃO NOS GOVERNOS FERNANDO COLLOR E FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PICCOLO,2010)**

A partir de um referencial baseado nos conceitos gramscianos, a autora pretende rever a introdução das reformas neoliberais no Brasil.

Sua hipótese central está na origem dos projetos de privatização. Busca demonstrar que houve um processo legitimador antecedendo ao processo de privatização propriamente dito. Apesar de realizados fundamentalmente nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, o processo de legitimação o teria antecedido em muitos anos.

Ainda esclarecendo a motivação da tese, o local dos conflitos dos projetos é exatamente no Estado onde se busca formar uma hegemonia pela adoção de um desses projetos atuando ativamente sobre os governados. Aqui o Estado é essa versão que tanto contém a sociedade civil quanto a política e cujas relações se dão de forma a manter o bloco hegemônico. “Sua qualidade ampliada justifica-se por conter em sua dimensão superestrutural duas grandes esferas independentes: sociedade civil e sociedade política” (PICCOLO, 2010).

A autora passa aos condutores da política econômica brasileira visando determinar aqueles que a conduzem através dos órgãos de Governo e quais são esses postos. Identifica os Ministros da Fazenda, os Ministros do Planejamento, os presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil como esses condutores e “intelectuais orgânicos, dotados de papel central de agregação ou desagregação de projeto de hegemonia, na formação ou conservação do bloco histórico” (PICCOLO, 2010, p. 43).

A hipótese central que perpassa essa tese sustenta-se, portanto, no argumento de que as condições políticas, econômicas e institucionais para a implementação do projeto privatista nos anos noventa foram lentamente construídas pelas diretrizes da política econômica dos distintos governos brasileiros após 1964. Em jogo, portanto, encontravam-se as disputas em torno da nacionalização e naturalização dos interesses de uma determinada classe ou fração da

classe dominante que se encontrava no comando das principais agências da Sociedade Política.

Ainda, na página 125, PICCOLO retoma sua tese e é mais enfática na extensão dos efeitos da crise construída na década de 80 sobre o processo de legitimação privatista:

Ao analisar as distintas diretrizes da política econômica brasileira entre 1964 e 1989 tem-se como objetivo central demonstrar que o quadro de crise das empresas estatais nos anos noventa foi lentamente construído a partir das diretrizes emanadas das principais agências responsáveis pela elaboração e introdução da política econômica nessas três décadas e meia. Através da ação de seus agentes condutores, optaram por encaminhar a política econômica brasileira em função dos interesses de classe ou de fração de classe que representavam. Tais agentes, no controle do Estado Restrito, conduziram a política econômica e foram os responsáveis pela construção do quadro de intensa crise da “década perdida” que se encaixou perfeitamente no discurso privatista e a ele forneceu seus principais argumentos.

A tese se inicia com a descrição do liberalismo que ganha força depois da Segunda Guerra. A partir de Hayek – seu mais ilustre representante - um grupo de intelectuais promove a publicação de várias obras que se opõem ao keynesianismo, à intervenção do Estado na economia.

Os quase trinta anos que se seguiram consolidaram o Welfare State até a Crise em 1973 que encerrou a “Era de Ouro”. As soluções para a crise são apresentadas.

A receita do Consenso de Washington é inicialmente aplicada no Chile de Pinochet (1973) e em seguida, 1979, na Inglaterra de Thatcher, nos Estados Unidos de Ronald Reagan (1980) e na Alemanha de Kohl (1982).

As diretrizes do economista John Williamson apresentadas em 1989, traçou o caminho que os países da América Latina deveriam trilhar: o esforço fiscal, que se traduz no equilíbrio receita-despesa; a desoneração fiscal do capital, a flexibilização da legislação dos mercados de trabalho, diminuindo a carga social com os trabalhadores; e, na esfera estatal, o desmonte do modelo intervencionista.

A Dívida Externa que exigiu os sacrifícios da década de 80, o superávit em moeda estrangeira para pagamento dos juros da dívida, é descrito no desenvolvimento do trabalho. A crise do petróleo e a redução do nível econômico mundial desmontam as bases do milagre econômico brasileiro (PICCOLO, 2010).

Após apresentar o panorama do Estado brasileiro até o início da década de 80, passa agora a tratar do cenário construído para as privatizações. Eram necessários argumentos que

levassem ao desfazimento das estatais e sua privatização; e esses argumentos, começam a se tornar frequentes e aceitos. É a construção do cenário.

As empresas estatais são apresentadas como titulares da irracionalidade administrativa: gastos com pessoal desqualificado e administrativamente incapacitado, desvios com corrupção e um gerenciamento equivocado que as teria levado ao alto grau de endividamento e que sua insolvência somente teria fim com sua privatização.

Nesse momento, a autora buscará identificar “(...) a qual classe ou fração de classe encontram-se organicamente vinculados e, principalmente, qual projeto que pretendem tornar hegemônico” (PICCOLO, 2010).

Dessa forma entendemos seu interesse em buscar as biografias – sem usar o método prosopográfico – mas buscando analisar a formação dos integrantes do governo e a identificação do bloco hegemônico (na verdade, de partes desse bloco).

De onde vieram Delfim Neto e outros três condutores da política econômica do período 60-70 (Costa e Silva, Médici e Figueiredo) é mostrado ao analisar o PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo, primeiro plano econômico do governo militar (p 139 e ss.). E, em seguida, apresenta suas ligações com os grupos econômicos. São exemplos, Delfim Neto e Nestor Jost (p. 142) que participaram de outras “casamatas do capitalismo” (a expressão significa os “aparelhos privados de hegemonia” - privados no sentido de não-estatais) (PICCOLO, 2010, p. 45).

Há outros exemplos pelo texto do trabalho. Citamos o ex-ministro da Previdência e da Desburocratização do Governo Figueiredo (p 142.). E continua a análise do perfil, para identificação do bloco hegemônico (ou fração desse bloco) (PICCOLO, 2010, p. 147).

Década de 80: a inversão, de 1982 em diante, dos movimentos de entrada de capitais na América Latina, acentuando as fugas de capital e os déficits comerciais. Os juros dispararam no mercado mundial, desaparecem os petrodólares. E disparou o custo do dinheiro, e nossa dívida também.

Ainda destaca o perfil do ministro da Fazenda, Mário H Simonsen, e sua trajetória pelo sistema financeiro privado nacional (PICCOLO, 2010, p. 149).

Durante todo o capítulo vimos a construção do perfil dos que passaram pelas instituições que são determinantes das diretrizes econômicas mostrando suas ligações com os grupos privados e a construção da justificação privatista pelo bloco hegemônico no poder.

## **NOSSO CASO: OS PAIS DO PLANO REAL**

Construímos uma matriz, para facilitar a visualização do ponto de vista prosopográfico, com apenas quatro dos principais integrantes do governo responsável pelo Plano Real. Não utilizamos nenhum método especial de escolha, apenas selecionamos os quatro primeiros nomes citados numa relação apresentada na reportagem da revista *Veja* intitulada “Os Pais do Real”, Edição 2120 de 8 de julho de 2009, disponível na internet – acessada em 08 de julho de 2013.

É possível identificar alguns aspectos relevantes na biografia dos responsáveis pela implantação do Plano Real – plano econômico, no governo Itamar Franco, que estabilizou a moeda, reduziu a inflação a níveis toleráveis e reconstruiu a economia nacional.

Sem dúvida, a primeira observação é a respeito do preparo acadêmico. São todos extremamente preparados, doutores em Economia nas mais importantes universidades americanas. Experientes, na maioria, com o trato com o mercado financeiro. Inegável e, mesmo no âmbito modesto desse trabalho, faz-se mister reconhecê-lo.

Mas o que nos interessa, para continuar observando sob a ótica gramsciana do poder hegemônico, é identificá-los como integrantes de uma fração desse bloco. Sua trajetória acadêmica, seguida de sua atuação no setor público e depois o seu retorno ao setor privado.

A tabela apresentada a seguir, nas páginas 10 e 11, permite a observação de como se sucedem nos cargos/órgãos mais representativos do controle da política econômica nacional, no caso, a presidência do Banco Central – instituição responsável pela política monetária e pelo sistema financeiro nacionais, cuja missão é “assegurar o poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente” (in site do Banco Central do Brasil, disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?SOBREBC>> , acessado em 08 de julho de 2013).

Na presidência, sucedem-se, inicialmente Pedro Malan – 1993-1994 (seguido por Pêrsio Arida que não fez parte da amostra do nosso estudo, mas que também é considerado um dos pais do Real e assumiu a presidência logo após a Malan, em 1995). E, em seguida, Gustavo Franco, 1997-1999, que é imediatamente sucedido por Armínio (1999-2003).

Observamos, ainda, que Edmar Bacha foi presidente do BNDES de janeiro a novembro de 1995 tendo sido precedido por Pêrsio Arida que sucedeu Gustavo Franco na presidência do Banco Central.

Suas experiências pós governo estão todas ligadas diretamente ao setor financeiro cujo controle e supervisão – definições de competência, atuação e punição – é de responsabilidade do Banco Central do Brasil.

O Copom - Comitê de Política Monetária, órgão definidor da política monetária nacional, é presidido pelo presidente do Banco Central.

Parece haver um interesse muito específico do sistema por informações exclusivas que só podem ser conhecidas a partir daqueles que sabem como as instituições funcionam, seus mecanismos, sua organicidade. São as denominadas “informações privilegiadas”, objeto de reflexão da Lei 12.813 que trata da ocorrência de conflito de interesses por parte de servidores e de ex-servidores públicos em geral. A lei, recente, de maio de 2013, define o que é conflito de interesses como a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública. E, ainda, configura como conflito divulgar ou fazer uso de informação privilegiada em proveito próprio ou de terceiros; prestar serviços ou manter negócios relacionados à área em que atua no Executivo; desenvolver atividades incompatíveis com o cargo que exerce; atuar, mesmo que informalmente, como intermediário de interesses privados; beneficiar empresa que atue ou que parentes façam parte; receber presentes de quem tenha interesse e prestar serviços a empresas fiscalizadas pelo órgão.

É curioso que ex-presidentes do BC, ex-ministros da Fazenda, presidentes do BNDES, sejam tão rapidamente assimilados em funções relevantes e atuantes em Conselhos Administrativos de empresas do setor financeiro.

Sem dúvida, o uso do método – destacamos que o utilizamos dentro dos objetivos deste trabalho e, portanto, de forma limitada – nos dá conclusões importantes e diretrizes relevantes para identificarmos a composição do bloco hegemônico ou pelo menos de uma fração dos que detém o poder hegemônico.

O neoliberalismo tem em John Williamson um dos seus maiores defensores e ideólogos e observar sua biografia é relevante para identificar de forma clara como esses integrantes de uma parcela da facção que compõe o bloco hegemônico que dirigiu o país na onda do neoliberalismo se relaciona com seu pensamento.

Lembramos que Williamson é o responsável pelas diretrizes elaboradas em reunião na cidade de Washington, no ano de 1989, onde foram traçados os caminhos que os países da América Latina deveriam trilhar. Com ele nasceu o “Consenso de Washington”. A partir de

texto do economista, do International Institute for Economy, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional, são estabelecidas as regras para ajustamento econômico dos países que passavam dificuldades. Foi a “receita” do FMI em tempos de neoliberalismo.

Williamson foi professor em Yale, universidade por onde Edmar Bacha conquistou seu doutorado em Economia, e também foi professor na PUC-Rio por onde Pedro Malan, Armínio Fraga, Gustavo Franco passaram como professores e/ou alunos.

Williamson desenvolveu uma carreira acadêmica, como professor das Universidades de Princeton (1962-63), York (1963-68) e Warwick (1970-77), além de lecionar no Massachusetts Institute of Technology (1967,1980) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1978-81), onde foi colega do ex-ministro da fazenda Pedro Malan e professor do ex-presidente do Banco Central do Brasil Armínio Fraga. Segundo a revista Veja em sua edição de 6 de novembro de 2002, Williamson é casado com uma brasileira desde 1974, tem dois filhos e uma filha, e fala fluentemente o português.

(in site Wikipedia, disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina\\_principal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal)> , acessado no dia 12 de julho de 2013).

Apesar de nossas limitações, do uso apenas aproximado do método, é bastante claro a identificação dos atores, e do seu pensamento, com a doutrina neoliberal.

Insisto que não há qualquer juízo de valor e/ou censura de qualquer forma que seja a respeito da participação desses atores na história recente do país, mas sim, o que pretendemos conhecer, refletir, é a verificação, a revisão da construção do bloco de poder no qual os atores tomaram parte.

A relação com John Williamson é relevante para que se perceba o núcleo dos pensadores do Plano Real como intimamente identificados com a doutrina neoliberal, apesar de terem integrado um governo cuja base política principal era um partido social-democrata.

## CONCLUSÃO

A tese da profa Monica Picallo nos chamou a atenção para a Prosopografia - o estudo coletivo das biografias. Nos chamou a atenção, com justiça, haja vista que os exemplos apresentados durante o desenvolvimento de seu trabalho nos mostram que a análise da biografia é fundamental e, no caso deste artigo, a aproximação realizada com o método se mostra extremamente profícua. Apesar de nossa análise restrita, objetiva, e até simples, é facilmente perceptível a identidade de pensamento e origem dessa identidade entre quatro dos reconhecidos como Pais do Real.



A forma de escolha dos denominados “Pais do Real” que fizemos, escolhendo quatro integrantes da equipe econômica sem qualquer predefinição, mostra a eficácia do método ao percebermos tão claramente a conexão de Williamson, formulador das receitas neoliberais para os países em desenvolvimento, e os responsáveis pela política de estabilização no país.

Além disso, é facilmente perceptível a relação muito próxima do mercado financeiro com os grandes responsáveis pela política econômica do país.

Gramsci adoraria ter conhecido esse método! (Provavelmente o conhecia). Com ele fica exposto, evidenciado, absolutamente caracterizado, as facções, os grupos que detém o poder hegemônico no Estado ampliado.

#### REFERENCIAS:

**ALMEIDA, Carla Beatriz.** A prosopografia ou biografia coletiva: limites, desafios e possibilidades. In “Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011 ”,

[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300892678\\_ARQUIVO\\_anpuhsp2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300892678_ARQUIVO_anpuhsp2011.pdf), acessado em 10 de julho de 2013).

**BOURDIEU, Pierre.** A ilusão biográfica. In: Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.

**CHARLE, Christophe.** A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio. Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

**PICCOLO A, Monica.** 2010. Reformas Neoliberais no Brasil: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

**Quadro 1 - “OS PAIS DO REAL” \***

	Presidência do Banco Central (1)	Graduado em ...na...	Mestrado em...na...	Doutorado em ...na...
Armínio Fraga	De 04/03/1999 a 01/01/2003	Economia na PUC-Rio	Economia na PUC-Rio	Economia em Princeton
Edmar Bacha	Não foi presidente do BC	Sem informação confiável	Sem informação	Economia em Yale
Gustavo	De 20/08/1997 a	Economia na	Economia na	Economia em

Franco	04/03/1999	PUC-Rio	PUC-Rio	Harvard 1982-1986
Pedro Malan	De 09/09/1993 a 31/12/1994	Engenharia na PUC-Rio	Sem informação	Economia em Berkeley
(Não integra nossa amostra)	Persio Arida - De 11/01/1995 a 13/06/1995			

\* denominação atribuída na reportagem da revista Veja de Edição 2120, 8 de julho de 2009.

Disponível em < <http://veja.abril.com.br/080709/pais-plano-real-falam-veja.shtml>>. Acesso em 08 de julho de 2013.

1 – informações do site do Banco Central do Brasil, disponível em

<<http://www.bcb.gov.br/?HISTORIAPRESI>> . Acesso em 10 de julho de 2013.

2 – demais informações, foram colhidas no site Wikipedia, disponível em

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina\\_principal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal)>, acessado no dia 10 de julho de 2013.

3 – PUC- Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

É importante observar que Edmar Bacha foi presidente do BNDES de janeiro a novembro de 1995 tendo sido precedido por Pêrsio Arida que sucedeu Gustavo Franco na presidência do Banco Central (apesar de não termos incluído Pêrsio Arida em nossa pesquisa, ele também é integrante da equipe que implantou o Plano Real).

#### Quadro 2 - ATUAÇÃO PRIVADA (as casamatas do capitalismo):

	Antes de atuar no setor público	Depois	Membro de
Armínio Fraga	Diretor Gerente do Sorso Fund Management LLC *  Salomon Brothers – NY **  Banco de Investimentos Garantia	Principal acionista do Gávea Investimentos e membro do conselho de Administração do Unibanco.	Junta Assessora de Pesquisa do Banco Mundial – entre outros.
Edmar Bacha	Professor PUC – Rio,	Consultor do Banco de	

	coordenador do Departamento de Economia	Investimentos BBA.	
Gustavo Franco	Professor da PUC - Rio	Fundou a Rio Bravo investimentos (2000), empresa de serviços financeiros, fusões, investimentos e securitização	Diversos conselhos de administração.
Pedro Malan	Sem informação	Presidente do Conselho de administração do Unibanco – 2004 e 2005 Vice-presidente do Conselho da Fundação Unibanco presidente do Conselho Consultivo Internacional do Itaú	Conselho administrativo da Globex, controladora do Ponto Frio e da Alcoa Alumínio.

\* O Fundo Soros é de propriedade de George Soros reconhecidamente um dos maiores especuladores do mundo.

“Ficou famoso pelas suas atividades enquanto especulador, nomeadamente em matéria de taxas de câmbio, chegando a ganhar 1 bilhão de dólares em um único dia apostando contra o banco da Inglaterra”

(Wikipedia, disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina\\_principal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal)>, acessado no dia 12 de julho de 2013)

\*\* O Salomon Brothers é um banco de investimento de apoio a empresas de grande porte. Atualmente o Salomon é integrante do Citigroup.